

JUSTIFICATIVA DOS PREÇOS ADOTADOS

Os preços de referência adotados na elaboração do orçamento base, do objeto **CONSTRUÇÃO DE UMA PRAÇA PÚBLICA NA RUA GILMAR OLÍMPIO DE LIMA, LOCALIZADA NO RESIDENCIAL CIDADE DAS FLORES, BAIRRO SEVERIANO MORAES FILHO, GARANHUNS/PE**, seguem os parâmetros e ordem de prioridade do art. 23, §2º, da Lei Nº 14.133/2021.

Os preços estão baseados na tabela SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil), que é a tabela de referência pública nacional para orçamentos de obras em geral, mantida pela Caixa Econômica Federal e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que informa os custos e índices da Construção Civil no Brasil.

Em razão da impossibilidade de utilização de composições constantes na Tabela SINAPI para determinados serviços previstos no orçamento da obra, foram elaboradas composições próprias, observando-se critérios técnicos de similaridade, produtividade, coeficientes de consumo e compatibilidade com os serviços efetivamente a serem executados. A formação dos custos unitários das composições próprias observou, prioritariamente, os preços de insumos constantes do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, conforme diretriz estabelecida no art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e em consonância com a jurisprudência do Tribunal de Contas da União, que reconhece o SINAPI como referência preferencial para obras e serviços de engenharia custeados com recursos públicos federais. A formação dos custos unitários das composições próprias observou, prioritariamente, os preços de insumos constantes do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, conforme diretriz estabelecida no art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e em consonância com a jurisprudência do Tribunal de Contas da União, que reconhece o SINAPI como referência preferencial para obras e serviços de engenharia custeados com recursos públicos federais. Na ausência de insumos específicos no SINAPI, adotaram-se valores constantes em tabelas referenciais oficialmente reconhecidas pelo Poder Executivo Federal, a exemplo da ORSE (Sergipe), SBC – 12/2025 (Recife) e SEINFRA 028 (Ceará), em conformidade com o disposto no inciso II do § 2º do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, que admite a utilização de sistemas referenciais de custos devidamente reconhecidos.



Nayara Sulema de Silva Santos
Engenheira Civil

Adicionalmente, tratando-se de aquisição de bens e contratação de serviços, foi observada a ordem de preferência estabelecida no § 1º do art. 23 da Lei nº 14.133/2021. Inicialmente, procedeu-se à consulta ao Painel de Preços do Governo Federal, não sendo localizado o insumo necessário à adequada composição orçamentária. Diante dessa inexistência, em observância ao inciso II do § 1º do art. 23 da referida Lei, foi realizada pesquisa em contratações similares promovidas pela Administração Pública, identificadas no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, considerando contratos em execução ou concluídos no período de até 1 (um) ano anterior à data da pesquisa. O preço praticado em contratação equivalente, devidamente analisado quanto à compatibilidade técnica e à similaridade do objeto, foi utilizado como parâmetro de referência. Ressalta-se que a metodologia adotada observa os princípios da economicidade, da razoabilidade, da motivação e da transparência, bem como as orientações do Tribunal de Contas da União quanto à necessidade de justificativa técnica para adoção de composições próprias e à demonstração da vantajosidade e compatibilidade dos preços estimados com os valores de mercado.

Dessa forma, o orçamento foi estruturado com base em critérios técnicos objetivos, fontes referenciais reconhecidas e pesquisa de preços devidamente fundamentada, assegurando sua consistência, rastreabilidade e conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e com a jurisprudência aplicável dos órgãos de controle. Toda a documentação necessária para verificar as composições de preços utilizadas, pode ser consultada nas peças orçamentárias anexas ao Projeto Básico.

Garanhuns, 13 de fevereiro de 2026.



Nayara Sulerio da Silva Santos

Nayara Sulerio da Silva Santos
Engenheira Civil
Crea Nº 1817410997 PE
Secretaria De Planejamento